

Com. Brasil

Dúvidas sobre um novo "choque"

26 SET 1988

por Cláudia Safatle
de Brasília

A equipe econômica do governo vive um sério conflito entre continuar na política fiscal e monetária em vigor e preparar o terreno para que um novo governo possa ter sucessos na aplicação de um programa de desindexação, ou — o que se vem mostrando mais provável — tentar uma vez mais um "choque" heterodoxo na economia, único instrumento para retirar a inflação do patamar de 24% em setembro e a expectativa de algo próximo de 25% em outubro, com tendência a sofrer um novo "repique" em novembro.

Para três qualificados assessores da equipe econômica, a questão do "choque" está colocada; os ministros da Fazenda e do Planejamento e mesmo o presidente José Sarney temem que um novo "choque" seja mais um fracasso, mas acham que é a única maneira de evitar a instalação do processo de hiperinflação. A questão, nesse momento, seria, portanto, marcar a data, o dia de um novo programa de desindexação, com congelamento de preços e salários.

Essas fontes argumentam também que, dada a resistência do governo em tentar um "choque" que possa ser interpretado como medida de caráter eleitoral, seria mais provável que essa providência viesse a ser marcada para dia 1º de dezembro ou 1º de janeiro.

Entendemos que em alguma hora terá de ser feita a desindexação.

(Continua na página 5)

Em Berlim, onde está participando da reunião anual do FMI, o ministro da Fazenda confirmou que a inflação apurada nas quatro semanas de setembro no Rio de Janeiro e em São Paulo foi de 23,7%.

POLÍTICA ECONÔMICA

GAZETA MERCANTIL

Dúvidas sobre um novo "choque"

26 SET 1988

por Cláudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

Mas acreditamos que essa hora deveria ser quando eliminássemos a origem do processo inflacionário, que é a ausência de financiamentos do setor público", explicou a este jornal o ministro interino da Fazenda, Paulo César Ximenes, que ainda gostaria de manter por mais algum tempo a política do "feijão com arroz", embora concorde que a inflação hoje não cairia nem mesmo se o governo zerasse o déficit público, ante a forte componente inercial.

Para outubro próximo, a taxa de inflação já está praticamente dada, diz Gil Pace, assessor da Secretaria de Planejamento (Seplan), que acompanha há mais de uma década a política de preços. "E ela não será explosiva", diz ele, alegando que o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de outubro poderá situar-se na faixa de 24,5 a 25,5%, pois duas fontes de pressão sobre os índices em setembro, o preço da carne e do feijão, não têm mais fôlego para subir, devendo-se estabilizar nos níveis atuais. Pace prevê que a arroba do boi até o dia 15 de outubro variará entre CZ\$ 8 mil e CZ\$ 8.200,00. "Não há razões para que o IPC de outubro saia dos 24 para 27 a 30%", sustentou esse assessor. Espera-se que o governo reajuste os preços públicos nesse próximo mês na base de 21%.

Tanto Ximenes quanto outros técnicos da equipe econômica concordam em que não há mais margem de manobra para a administração da inflação na área de preços administrados ou preços e tarifas do setor público. E quanto às importações, estão abertas e não deverão contribuir para reduzir a inflação a curto prazo. "Hoje, os preços controlados pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP) representam apenas 4% da formação do IPC e mesmo se impuséssemos a esses setores que trabalhassem no vermelho, não ganharíamos nada no índice", explicou Ximenes.

Para uma outra fonte oficial, a questão da falta de credibilidade do governo Sarney para dar um novo choque nem teria tanta importância, dada a situação atual da economia, em que todos os preços estão sendo reajustados pelo "pico" e todos os contratos já prevêem, nas suas cláusulas, mudanças de ruído em de-



Paulo César Ximenes

corrência de um novo "choque" heterodoxo, com congelamento de preços e salários e eventual aplicação da "tablita".

A discussão sobre a possibilidade de um novo "choque" na economia, portanto, está na agenda da equipe econômica do governo. Os técnicos do Ministério da Fazenda, com raras exceções, são contrários à idéia, mas na Seplan a convicção de que não há outro caminho começa a tornar-se um consenso.

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, tem mencionado com bastante desenvoltura seu raciocínio de que, mais importante do que cumprir a meta de redução do déficit, do ponto de vista da desindexação, o que teria relevância seria o sinal claro de que o déficit está embicando para baixo. E isso parece claro após o conhecimento das estatísticas do déficit operacional de janeiro a julho últimos, que deu ao governo a esperança até mesmo de trazer o déficit operacional para alguma coisa abaixo da meta dos 4% do PIB ao final deste ano.

Sob esse aspecto, o ministro interino da Fazenda mencionou um cálculo feito pela equipe do ministério sobre o efeito Tanzi (segundo o qual a inflação alta corrói mais rapidamente as receitas fiscais do que as despesas). Segundo esses cálculos, o aumento das receitas fiscais com a redução da inflação para um patamar razoável poderia elevar as receitas tributárias em 2,5 a 3% do PIB. Com a expectativa de baixar o déficit operacional em 1989 para 2% do PIB, e tendo sucesso num "choque" heterodoxo de maneira que a inflação caísse para algo bem inferior a 10% ao mês, somente por meio do efeito Tanzi seria possível obter-se em 1989 um superávit nas contas do setor público, acreditam alguns técnicos.